

TRADIÇÃO E REVOLUÇÃO

Marcelo Perine

Fac. Filosofia CES-SJ (BH)

Oito anos antes da explosão da *festa revolucionária*, numa nota ao Prefácio da primeira edição da *Crítica da razão pura*, Kant escrevia que — naquele século — considerado como o século da crítica, nada poderia subsistir isento de suspeita ou pretender o respeito sincero da razão sem se submeter livre e publicamente ao exame.¹ A própria Revolução, portanto, deveria ser submetida à crítica da razão. Com efeito, um ano após o início do ciclo revolucionário, numa nota à *Crítica da faculdade de julgar*, os acontecimentos de 1789 são saudados como o início de uma tentativa radical de reconstrução da ordem política e jurídica em termos de *organização*, rompendo definitivamente com o despotismo do *Ancien Régime*.² E na sua última publicação, quando a Revolução já produzira seus efeitos mais trágicos, como o Terror e a escandalosa execução de Luís XVI,³ Kant insistia em que a Revolução realizara um progresso do direito e devia ser percebida como uma apresentação sensível da Idéia de liberdade, *como se* a liberdade tivesse inscrito na natureza os fins que lhe são próprios e que consistem na submissão à lei.⁴

1. Cf. *Crítica da razão pura* (Ak IV 9).

2. Cf. *Crítica da faculdade de julgar* (Ak V 375).

3. Cf. *Metafísica dos Costumes. Doutrina do Direito* (Ak VI 321s).

4. Cf. *O conflito das faculdades* (Ak VII 85). Ver também A. Tosel, *Kant révolutionnaire. Droit et politique*, Paris, PUF, 1988; A. Philonenko, *L'oeuvre de Kant II*, 2ª ed., Paris, Vrin, 1981, pp. 249ss.

5. Cf. G. Vlachos, *La pensée politique de Kant. Métaphysique de l'ordre et dialectique du progrès*, Paris, PUF, 1962, 526 n. 28.

A tarefa de *pensar a Revolução*, inaugurada por Kant que, segundo a conhecida anedota, teria cantado o *nunc dimittis* ao tomar conhecimento da fundação da República francesa,⁵ tem desafiado inúmeros pensadores ao longo dos dois séculos que dela nos separam, tempo suficiente para que pudesse ser pensada, dentre outras maneiras, à luz da categoria de *destino*, como o fez magistralmente H.C. Lima Vaz no editorial do último número desta

revista.⁶ A presente reflexão em homenagem a Eric Weil, um dos mais expressivos pensadores políticos do nosso tempo, pretende pensar a Revolução à luz de dois tópicos significativos do seu pensamento, a saber, a sua relação com a *tradição* e a sua compreensão em termos de um *breakthrough* na história.⁷

O termo *breakthrough* vem do vocabulário tecnológico e significa avanço ou salto qualitativo, quebra de barreiras ou mudança decisiva decorrente de uma descoberta científica e/ou das suas possibilidades de utilização técnica. Aplicado por Weil à história, um *breakthrough* seria um acontecimento ou período decisivo para toda a história posterior. Para responder à pergunta "o que é um *breakthrough* em história?", Weil formula uma hipótese de *compreensão* de certos acontecimentos ou períodos históricos, que não é desmentida nem tornada impossível ou improvável pela história, apesar de oferecer deles uma *explicação* parcial, posto que só se refere às suas condições necessárias, não às suficientes. E a hipótese afirma simplesmente que todo *breakthrough* na história foi um tipo de resposta a um *breakdown*, a uma situação catastrófica na vida de uma comunidade histórica, a um desabamento que não foi considerado como normal nem como um acidente passageiro. A hipótese seria ingênua se fosse incondicional. Entretanto, ela afirma que um *breakdown* é a condição necessária (não suficiente) de um *breakthrough* se e somente se a catástrofe for reconhecida *ao mesmo tempo* como tocando os fundamentos da vida da comunidade e (é preciso sublinhar este e) como algo que podia e devia ser superado no plano do sentimento e do pensamento, isto é, no plano da sua vida concreta. Assim, um *breakthrough* não se produz a não ser que a comunidade admita que o antigo caminho trilhado conduziu a um muro, a um beco sem saída e, *ao mesmo tempo*, admita que uma nova direção pode e deve ser traçada *atravessando* a antiga, isto é, através da sua superação e do seu prolongamento, de modo que o antigo caminho, diante do novo, não se torne absolutamente desprovido de sentido. Insensato seria, uma vez traçada a nova direção, querer continuar na antiga via ou recusar o sacrifício de alguns dos seus elementos que, diante da nova situação, aparecem como puramente tradicionais e, por consequência, não essenciais à vida da comunidade. Seguir a antiga via em nome da salvaguarda de valores tradicionais, paradoxalmente, é comprometer aquilo que se pretende salvar. Com efeito, se a descoberta de uma nova direção é a condição necessária de sobrevivência de uma comunidade histórica diante de um beco sem saída, então o passado desta comunidade, isto é, tudo o que a identifica como *tal* comunidade e se mostra como a *sua* alma, não pode ser por ela considerado como descartável por insensato. Ao contrário, deve ser assumido com um passado-presente a ser preservado no futuro. Um *breakthrough* só se produz quando a

6. Cf. "Destino da Revolução" in *Síntese Nova Fase* 45 (1989):5-12.

7. Cf. E. Weil, "Tradition and Traditionalism" in *Confluence* 2 (1953):69-79, trad. franc. em *Essais et Conférences II*, Paris, Plon, 1971, 9-21 (citado EC II); Id., "What is a breakthrough in history?" in *Daedalus* 104 (1975):21-36, trad. franc. in *Philosophie et Réalité. Derniers essais et conférences*, Paris, Beauchesne, 1982, 193-223.

nova situação traz no seu bojo a promessa de descobrir ou de dar um sentido à situação que tornou impraticáveis os antigos caminhos seguidos pela comunidade.

A relação entre os conceitos de *breakthrough* e de *tradição* não é evidente. Para nós, entretanto, a razão pela qual ela se mostra tão complicada ao espírito de muitos é, precisamente, o fato de *parecer* tão simples. O que é, com efeito, a tradição senão aquilo graças ao qual a vida de um grupo é a *sua* vida? O que é a tradição senão tudo aquilo que dá identidade à maneira de ser de um grupo humano? O problema está em que, aos olhos dos que a vivem, a tradição se esconde, não se diz ou, como se diz, *vai sem dizer*. Ela só aparece como tradição quando os que a vivem são obrigados, natural ou intelectualmente, a reconhecer que existe pelo menos outra maneira de viver e que essa maneira, mesmo não sendo a sua, é *humana* no sentido mais forte do termo: ela *poderia* ser a sua. Isso quer dizer que sempre se é bárbaro de alguém. Dito de outro modo, é a *outra* tradição que faz com que os que vivem dentro de uma tradição a descubram como tal, e descubram que tudo aquilo pelo que a vida vale a pena ser vivida só adquiriu importância decisiva para eles pelo fato de constituir a *sua* tradição. Aparece assim o que se pode chamar de *o paradoxo da tradição*: ela é forte onde não se fala e é impensável que se fale dela; ela dá sinais de fraqueza onde se fala dela e onde começa a ser (posta em) questão.

Um dos primeiros *breakthroughs* decisivos para o que nós somos hoje, isto é, para a constituição da nossa *tradição*, teve lugar quando, a partir do primeiro milênio antes de Cristo, a idéia e o ideal da racionalidade começaram a se impor definitivamente, gerando uma atitude crítica diante de qualquer afirmação que não se fundasse num discurso demonstrativo, acessível e aceitável por todo ser humano que quisesse optar por um tal discurso. O universalismo grego era ao mesmo tempo uma afirmação e uma promessa. Outros *breakthroughs* políticos e intelectuais tiveram lugar até que confluíssem numa realidade nova o esforço grego de aproximação a uma verdade eterna e a fé judaica num Deus universal que afirmava a existência de um sentido nos acontecimentos históricos. Com efeito, foi somente na síntese de caráter eminentemente moral elaborada pelos pensadores cristãos, essa grandiosa tentativa de pensar profeticamente o eudemonismo grego e espiritualmente o messianismo judeu, que a *nossa* tradição se consolidou definitivamente como *universal* (*unum versus alia*) e como *progressiva*, caracterizada por sua tendência à mudança e por sua vontade de progresso, capaz de reagir positivamente aos estímulos que recebe de fora e de se transformar sem cessar. A nossa tradição está sempre a ponto de *atravessar*, sempre a ponto de descobrir, mesmo nos acontecimentos mais desastrosos, um

através dos *breakthroughs* intelectuais e políticos que se sucederam na nossa história.

Se o destino político do Ocidente está vinculado ao destino da Revolução, não é certamente na Revolução mitificada pela comemoração, como sugere H.C. Lima Vaz,¹² que se poderá encontrar a solução dos problemas que ela nos legou, e o sentido da tarefa moral de realização efetiva da liberdade com que foram gravados os tempos pós-revolucionários. A tarefa é difícil porque permanece como tarefa de uma tradição que promete para a vida de todos um *sentido* atual e não somente por vir, tradição que proclama um *fim* da história, mas não promete sínteses absolutas na história, pois tendo-se compreendido como *tradição progressiva*, deve compreender sempre de novo que a realidade mais escandalosamente banal é feita de conservação e progresso, estrutura e movimento, tradição e revolução. Não é verdadeiro, porque contraditório, o adágio que diz que tudo o que se pode aprender da história é que os homens nunca aprenderam nada da história. Dos homens que fizeram a Revolução, até mesmo dos que impuseram e padeceram o Terror, pode-se aprender, pelo menos, que a tarefa moral de realização efetiva da liberdade não passa pela esclerose do tradicionalismo e pela incoerência do anarquismo de um lado, nem pelas alucinações do totalitarismo de outro. O velho Kant tinha razão ao afirmar que a *conjunção de natureza e liberdade naquele acontecimento contingente* era grande demais para poder ser esquecido, estava demasiadamente unido aos interesses da humanidade para não ser trazido à memória dos povos em certas ocasiões favoráveis e para não ser despertado pela repetição de novas tentativas semelhantes.¹³

12. Cf. art. cit., 12.

13. Cf. *O conflito das faculdades* (Ak VII 88).

O presente número de *Síntese Nova Fase* tem o privilégio de reunir praticamente todas as contribuições apresentadas num Colóquio Internacional sobre o tema "Discurso, violência e linguagem, um socratismo de Eric Weil", realizado em Paris nos dias 18 e 19 de novembro de 1988, e promovido pelo Colégio Internacional de Filosofia em colaboração com o Centro Eric Weil de Lille. O Colóquio foi *convocado* conforme o texto que publicamos a seguir, antes da seção das comunicações, sob a rubrica *convocatória*. No primeiro dia do Colóquio foram apresentadas e discutidas cinco comunicações, duas na parte da manhã, três à tarde. A ordem de edição na rubrica *comunicações* é a mesma seguida no Colóquio. Infelizmente a quinta comunicação, apesar dos insistentes esforços da direção desta Revista, não foi enviada pelo autor. O segundo dia do Colóquio foi dedicado a uma mesa-redonda que teve como ponto de partida o texto de P.-J. Labarrière

que publicamos na abertura da rubrica *mesa-redonda*. Os textos que se lhe seguem foram posteriormente reelaborados pelos próprios autores a partir das suas intervenções na mesa-redonda. Dos textos aqui editados, o de M.S. Roth foi lido em seu nome durante a mesa-redonda, pois o autor não pode comparecer.

A direção de *Síntese Nova Fase* agradece aos autores a gentileza de nos conceder a publicação de seus textos, assim como à equipe de tradutores que deu o melhor de si na preparação deste número. Um especial agradecimento vai dirigido a Pierre-Jean Labarrière, vice-presidente do Colégio Internacional de Filosofia e professor do Centro Sèvres de Paris pelo particular empenho e colaboração na edição deste número. A revista *Síntese Nova Fase*, que pela primeira vez na sua história publica um número monográfico dedicado a um autor, espera mostrar-se à altura do grande pensador que homenageia e deseja, desta maneira, oferecer uma contribuição à discussão e aprofundamento de alguns dos problemas que desafiam a compreensão e transformação da nossa realidade.

SÍNTESE NOVA FASE
46 (1989): 7-13

Endereço do autor:
Av. Cristiano Guimarães, 2127
31710 — Belo Horizonte — MG